S
UFRJ/IE
TD401

ns 208102

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

# Proposta de Indicadores para o Mercado de Trabalho no Brasil - Maior Homogeneização com Deterioração nas Principais Regiões Metropolitanas

nº 401

João Saboia

Textos para Discussão

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

# Proposta de Indicadores para o Mercado de Trabalho no Brasil - Maior Homogeneização com Deterioração nas Principais Regiões Metropolitanas

nº 401

João Saboia[1]

43 - 016820

Agosto de 1997

---

[1]João Saboia é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O autor agradece a João Hallak Neto e Joaquim Jordão Saboia pelo processamento do material empírico apresentado neste artigo.

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ

*Diretor Geral:* Prof. Carlos Lessa
*Diretor Adj. de Graduação:* Profª. Maria Lúcia Verneck
*Diretor Adj. de Pós-graduação:* Prof. Carlos A. de Medeiros
*Diretor Adj. de Pesquisa:* Prof. José E. Cassiolato
*Diretor Adj. Administrativo:* Prof. Adilson de Oliveira
*Coordenador de Publicações:* Prof. David Kupfer
*Projeto gráfico:* Ana Lucia Ribeiro
*Editoração:* Jorge Amaro
Geórgia Britto
*Revisão:* Janaina Medeiros
*Secretária:* Joseane de O. Cunha
*Impressão:* Paulo Wilson de Novais

adm 210440
UFRJ/CCJE/BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN
DATA: 4 / 12 / 97
REGISTRO N. 502582-6
S
UFRJ/IE
TD 401
ns 208102

Ficha catalográfica

SABOIA, João Luiz Maurity

Proposta de Indicadores para o Mercado de Trabalho no Brasil; maior homogeneização com Deterioração nas Principais Regiões Metropolitanas./João Sabóia. -- Rio de janeiro: UFRJ/IE, 1997.

23 p.; 21 cm. (Texto para Discussão, IE/UFRJ; n. 401)

1. Mercado de Trabalho - Região. 2. Mercado de Trabalho - Indicadores. I. Título. II. Série.

O Programa Editorial do IE/UFRJ (sucessor dos Programas Editoriais do IEI e da FEA/UFRJ), através das séries **"TEXTOS PARA DISCUSSÃO"**, **"TEXTOS DIDÁTICOS"** e **"DOCUMENTOS"**, publica artigos, ensaios, material de apoio aos cursos de graduação e pós-graduação e resultados de pesquisas produzidos por seu corpo docente.

Essas publicações, assim como mais informações, encontram-se disponíveis na livraria do Instituto de Economia, Av. Pasteur, 250 sala 4 (1° andar)–Praia Vermelha–CEP: 22290-240/C.P. 56028–Telefone: 295-1447, ramal 224; Fax 541-8148, A/c Sra. Joseane de O. Cunha.

SUMÁRIO

1. Introdução 5

2. Indicadores Selecionados 6

3. Sistema de Pontuação e Aplicação dos Indicadores 8

4. Conclusão 12

Notas 14

Bibliografia: 15

Últimos Textos Publicados 23

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ

## 1. Introdução

Há anos têm sido desenvolvidos estudos sobre diferenciação regional no mercado de trabalho brasileiro. Tais estudos ora privilegiam o mercado de trabalho *strictu sensu*, ora destacam aspectos ligados à geração de renda, explorando aspectos da pobreza e da distribuição de renda[2].

Existem consensos, que podem ser resumidos no reconhecimento de grandes diferenciais entre as diversas regiões do país e que podem ser ilustrados comparando-se, por exemplo, os dados do Nordeste e do Sudeste. Quanto à tendência sobre a qual se caminha, há autores que enxergam elementos de uma maior integração regional, enquanto outros apontam para o aumento dos desníveis existentes.

A partir do reconhecimento da importância do tema das desigualdades regionais do mercado de trabalho no Brasil, este artigo propõe um conjunto de indicadores capaz de distinguir importantes características do mercado de trabalho local. Tais indicadores podem ser agregados para definir um indicador síntese do mercado de trabalho.

A principal vantagem dos indicadores propostos é indiscutivelmente sua simplicidade. A partir de um pequeno conjunto de dados, que pode ser obtido facilmente da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, é possível pontuar cada um dos indicadores, assim como o indicador síntese. A comparação entre os resultados das diferentes regiões fornece a posição relativa de cada uma. O acompanhamento dos indicadores ao longo do tempo permite verificar a evolução das diversas regiões comparadas, eventualmente concluindo-se por uma aproximação ou dispersão dos indicadores.

A versão aqui apresentada é parcimoniosa no sentido de minimizar as informações necessárias para a montagem dos indicadores. Nada impede, entretanto, que sistemas de indicadores mais complexos possam ser elaborados, incorporando informações adicionais consideradas relevantes para o mercado de trabalho.

Os indicadores foram testados utilizando-se informações das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE ao longo do período 1990/96[3]. Os resultados empíricos confirmam a superioridade do mercado de trabalho urbano do Sul-Sudeste relativamente ao do Nordeste. Eles apontam também para uma maior homogeneização entre as diversas regiões ao longo do período analisado. Finalmente, a menor dispersão observada entre os indicadores tem ocorrido simultaneamente com uma tendência de deterioração do mercado de trabalho metropolitano.

## 2. Indicadores Selecionados

São propostos seis indicadores para o mercado de trabalho. Os três primeiros referem-se à situação ocupacional dos trabalhadores e os três restantes ao rendimento. Alguns indicadores são clássicos, enquanto outros são especialmente adequados para o mercado de trabalho brasileiro. Todos eles podem ser obtidos diretamente da PME/IBGE.

A escolha dos indicadores é arbitrária. O critério de seleção optou pelo nível de abrangência dos indicadores e sua facilidade de obtenção. Outros indicadores foram experimentados e posteriormente eliminados, seja por não possuirem uma boa capacidade de diferenciação entre regiões, seja pela inexistência do indicador no passado, o que dificultaria comparações temporais.

O primeiro indicador é a *taxa de desemprego aberto*. Trata-se de variável básica da economia e do mercado de





trabalho. A principal crítica que pode ser feita à taxa de desemprego aberto é o fato de ser uma medida mais adequada para mercados de trabalho de países desenvolvidos, onde o setor informal é pequeno. Em países como o Brasil esta taxa costuma ser baixa, não possuindo o mesmo significado. Embora reconhecendo a importância deste tipo de crítica, trata-se de indicador aceito internacionalmente, capaz de diferenciar situações de mercados de trabalho urbanos em distintas regiões do país[4].

O segundo indicador é o *percentual da população ocupada na indústria de transformação*. Este indicador privilegia o setor motor da economia, onde usualmente são encontrados os melhores empregos e pagos os melhores salários.

O terceiro indicador ocupacional é o *percentual de empregados com carteira assinada* entre as pessoas ocupadas. Sua inclusão é o reconhecimento de que ao longo da década de 90 tal percentual vem decrescendo, mostrando dificuldades crescentes de absorção de mão-de-obra pelo mercado formal de trabalho urbano.

O quarto indicador também é clássico e representa o primeiro indicador associado ao nível de rendimento dos trabalhadores. Trata-se do *rendimento médio* real do trabalho principal. Por tratar-se de valor médio, tal indicador pode ser criticado por não diferenciar situações de pobreza e desigualdade. Neste sentido, são propostos dois indicadores adicionais de rendimento.

O quinto indicador procura dar uma noção do nível de pobreza gerado no mercado de trabalho, representando o *percentual de ocupados com rendimento abaixo de dois salários mínimos*[5]. Embora nem todos os ocupados nesta faixa de rendimento possam ser considerados pobres, sendo necessário verificar seu nível de rendimento familiar, trata-se indiscutivelmente de uma indicação do nível de pobreza local.

Finalmente, o último indicador proposto fornece uma idéia da desigualdade produzida no mercado de trabalho.

Para tanto escolheu-se a *relação entre o rendimento dos empregadores e dos empregados sem carteira assinada*. Os dois segmentos foram escolhidos por representarem respectivamente o maior e o menor nível de rendimento encontrados no mercado de trabalho urbano brasileiro[6].

## 3. Sistema de Pontuação e Aplicação dos Indicadores

A forma de pontuação dos indicadores é extremamente simples. As regiões comparadas recebem tantos pontos quanto for sua colocação relativa no respectivo indicador. No caso da comparação das seis regiões metropolitanas da PME, a pontuação de cada indicador varia de 1 a 6 pontos.

Os seis indicadores podem ser agregados para se obter um indicador síntese para o mercado de trabalho. Foi utilizada a forma mais simples de agregação, que é a soma dos indicadores parciais. Assim, o indicador síntese pode variar entre 6 e 36 pontos. Quanto menor seu valor em determinada região, melhor é a posição relativa da respectiva região.

As tabelas 1 a 6 apresentam a pontuação dos 6 indicadores nas 6 regiões metropolitanas cobertas pela PME ao longo do período 1990/96, enquanto as tabelas 7 a 12 mostram os valores originais das variáveis que forneceram a pontuação dos indicadores.

A taxa de desemprego aberto mostra que a situação mais favorável é encontrada no Rio de Janeiro. Apenas em 1993 esta região deixou de figurar em primeiro lugar entre as demais. Há uma alternância entre Porto Alegre e Belo Horizonte pelo segundo lugar. São Paulo assume a quarta posição, enquanto Recife e Salvador dividem entre si as taxas mais elevadas. Estes resultados mostram um resultado até certo ponto inesperado, na medida em que seria razoável esperar taxas de desemprego aberto mais baixas nas regiões





onde o mercado de trabalho é menos desenvolvido[7]. É verdade que São Paulo possui taxa de desemprego elevada, mas elas são ainda mais altas em Recife e Salvador. Cabe, entretanto, destacar a queda da taxa de desemprego em Recife em 1996, passando a apresentar o terceiro menor valor entre as 6 regiões metropolitanas.

O percentual da população ocupada na indústria de transformação não sofre qualquer inversão ao longo da década de 90. A ordem é sempre a mesma: São Paulo; Porto Alegre; Belo Horizonte; Rio de Janeiro; Recife; e Salvador. É interessante observar que este resultado ocorreu apesar da queda da participação da população ocupada na indústria em todas as regiões metropolitanas.

Conforme já foi discutido em inúmeros artigos, o percentual de empregados com carteira assinada sofreu intensa redução nas regiões metropolitanas ao longo da década de 90. Apesar disso, a ordenação não sofreu grandes alterações. São Paulo apresentou sistematicamente o maior percentual, enquanto Porto Alegre apareceu sempre em segundo lugar. Em seguida há algumas alternâncias, mas na média Belo Horizonte surge em terceiro lugar, seguida do Rio de Janeiro ou Salvador. Esta última foi a região que sofreu maiores modificações no período estudado, variando entre a terceira e a quinta posição. As menores taxas foram sempre encontradas em Recife.

O rendimento médio real também sofreu fortes flutuações durante a década de 90. De qualquer forma, a ordenação das 6 regiões metropolitanas muda pouco. São Paulo apresenta sempre os maiores rendimentos, seguida de Porto Alegre. Belo Horizonte e Rio de Janeiro dividem a terceira e a quarta posições. Os menores rendimentos são encontrados em Salvador e Recife.

O indicador de baixos rendimentos varia muito pouco. Os quatro menores percentuais de pessoas ocupadas recebendo menos de 2 SM estão sempre nas mesmas regiões -

São Paulo; Porto Alegre; Rio de Janeiro; e Belo Horizonte. Os maiores pertencem a Recife ou a Salvador.

Finalmente, o indicador de desigualdade no mercado de trabalho apresenta pelo menos uma surpresa – São Paulo inicia a década em segundo lugar, atingindo em 1996 o quinto lugar, com a segunda maior relação entre rendimentos de empregadores e empregados sem carteira de trabalho assinada. Porto Alegre apresenta sempre a menor relação. Belo Horizonte fica majoritariamente em segundo e Rio de Janeiro em terceiro lugar. A posição típica de São Paulo é o quarto lugar, de Recife o quinto, e de Salvador o sexto.

Os indicadores podem ser alternativamente analisados a partir das diferentes regiões metropolitanas. Conforme pode ser verificado, São Paulo e Porto Alegre recebem usualmente 1 a 2 pontos em cada indicador; Rio de Janeiro e Belo Horizonte 3 a 4 pontos; Recife e Salvador 5 a 6 pontos. Os principais desvios são os 4 pontos recebidos em vários anos por São Paulo na taxa de desemprego e na relação entre rendimentos dos empregadores e empregados sem carteira assinada, além da boa posição do Rio de Janeiro na taxa de desemprego, recebendo usualmente 1 ponto naquele indicador. Cabe ainda destacar o equilíbrio encontrado entre o Rio de Janeiro e Salvador no indicador de empregados com carteira assinada ao longo da primeira metade da década de 90.

O gráfico 1 apresenta o indicador síntese das seis regiões metropolitanas no período 1990/96. Surgem claramente 3 grupos, que poderiam ser denominados *superior, médio e inferior*. São Paulo e Porto Alegre recebem as menores pontuações, alternando a primeira e segunda classificação. Rio de Janeiro e Belo Horizonte representam o segundo grupo de posições intermediárias. Recife e Salvador aparecem em destaque com os maiores valores para os indicadores.

Cabem algumas observações sobre a evolução dos indicadores síntese no período considerado. Talvez a mais





notável seja a inversão de posições entre Recife e Salvador. Tendo iniciado a década com um total de 34 pontos, i.e. apenas 2 pontos a menos que o máximo possível de 36 pontos, Recife manteve o pior indicador até 1993. A partir de 1994 inverte de posição com Salvador, consolidando a nova situação em 1996, quando passou a receber 28 pontos contra 35 de Salvador. Tal performance deveu-se ao terceiro lugar na taxa de desemprego e ao quarto na relação entre rendimentos dos empregadores e dos empregados sem carteira assinada obtidos em 1996.

Com relação aos 3 grupos, parece estar ocorrendo uma aproximação entre os respectivos indicadores síntese ao longo do tempo. Os valores encontrados em 1996 estão mais próximos do que em 1990, especialmente entre os grupos médio e superior – o diferencial entre os valores extremos dos dois grupos era de 10 pontos em 1990 e apenas 5 pontos em 1996[8]. Ao mesmo tempo ocorreu uma inversão entre São Paulo e Porto Alegre, posicionando-se Porto Alegre à frente de São Paulo em 1996, enquanto o contrário era verificado em 1990.

A aproximação entre os indicadores síntese das 6 regiões metropolitanas pode ser verificada com mais precisão a partir do cálculo do desvio padrão dos indicadores. Mesmo com o aumento do valor encontrado em Salvador no final do período, o desvio padrão dos indicadores, que atingia o valor 10,2 em 1990, caiu para 8,7 em 1996, confirmando a menor dispersão observada ao longo dos anos 90[9]. Tais dados apontam para uma tendência de maior homogeneização do mercado de trabalho metropolitano no Brasil.

A menor dispersão verificada entre as regiões metropolitanas poderia ser considerada positiva, especialmente se associada a uma melhoria do mercado de trabalho. Os dados, entretanto, são preocupantes. Várias estatísticas que deram origem ao indicador síntese pioraram entre 1990 e 1996. Este é o caso, por exemplo, das três variáveis

ocupacionais – taxa de desemprego aberto, percentual de ocupados na indústria de transformação e percentual de empregados com carteira assinada. Os valores encontrados nas 6 regiões metropolitanas aumentaram no primeiro caso e diminuiram bastante nos outros dois. Exemplificando com o percentual de empregados com carteira assinada, a queda foi tanta que o valor encontrado no principal polo industrial do país – São Paulo – em 1996 era menor que o obtido em Recife em 1990 (tabelas 7 a 9).

No caso dos indicadores associados ao rendimento, a tendência geral é no sentido de melhoria. O rendimento médio real aumentou ligeiramente entre 1990 e 1996, recuando apenas em Salvador. No caso do percentual de ocupados com rendimento inferior a 2 SM há nítida tendência de redução, associada ainda ao fato do salário mínimo real ter se elevado no período. Finalmente, a relação entre rendimentos dos empregadores e dos empregados sem carteira assinada apresenta evolução favorável em alguma regiões e desfavorável em outras (tabelas 10 a 12).

## 4. Conclusão

O sistema de indicadores apresentado mostrou um potencial satisfatório para a análise dos desníveis regionais no mercado de trabalho brasileiro. Apesar da simplicidade da proposta, sua aplicação aos dados da PME conseguiu diferenciar três grupos de regiões metropolitanas. As regiões do Sul-Sudeste apresentam resultados nitidamente superiores aos da região Nordeste.

O grupo superior inclui São Paulo e Porto Alegre. Embora mantendo sua posição relativa, tais regiões metropolitanas tenderam a apresentar piores indicadores ao longo da primeira metade da década de 90. O grupo médio é constituído por Rio de Janeiro e Belo Horizonte, tendo melhorado



UFRJ/CCJE
Biblioteca Eugênio Gudin



sua posição relativa no período. Finalmente, o grupo inferior possui indicadores bem piores que os demais. Enquanto Salvador apresentou deterioração dos indicadores, Recife mostrou melhoria.

A análise conjunta mostra uma tendência de maior aproximação dos indicadores no período analisado. Tal tendência foi confirmada pela redução do desvio padrão do indicador síntese. Infelizmente, tal homogeneização está associada à uma forte deterioração de algumas variáveis que deram origem aos indicadores. Pode-se mencionar, por exemplo, a considerável redução do percentual de empregados com carteira assinada e do emprego na indústria de transformação. Quanto aos indicadores de rendimento, a tendência foi de pequena melhoria. Se alguma conclusão geral pode ser tirada sobre a evolução do mercado de trabalho no período, os indicadores utilizados neste artigo apontam majoritariamente no sentido de piora.

O sistema de indicadores proposto é extremamente simples, podendo ser mais elaborado com a inclusão de novas variáveis do mercado de trabalho. Assim, seria possível, por exemplo, incorporar indicadores de trabalho infantil, de nível de escolaridade da mão-de-obra, de desemprego de chefes de família e outros. O custo de se aumentar o nível de complexidade dos indicadores é a perda de simplicidade. O eventual ganho seria uma maior precisão na capacidade de diferenciar distintas situações.

Uma outra possibilidade seria a aplicação dos indicadores a partir de fonte de dados mais sofisticada, como é o caso da PNAD, ampliando não apenas o leque de indicadores utilizados como também as regiões a serem comparadas.

Muito mais do que a proposição de um sistema fechado e completo de indicadores para o mercado de trabalho brasileiro, o principal objetivo deste artigo foi ilustrar as linhas gerais do que poderia ser um sistema de indicadores adequa-

do às estatísticas existentes no país, mostrando seu potencial para estudos comparativos entre distintas regiões urbanas.

## Notas

[2]Ver, por exemplo, Cacciamalli (1988), Rocha (1994), Romão (1991), Saboia (1989 e 1995), Salm et alli (1987) e Savedoff (1989) entre outros trabalhos sobre o tema.

[3]As seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE são Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

[4]Embora possa ser discutida a magnitude das taxas de desemprego aberto calculadas no país, este indicador tem mostrado enorme capacidade de acompanhar os efeitos conjunturais sobre o mercado de trabalho metropolitano, aumentando durante a recessão e diminuindo nas fases de recuperação da economia.

[5]Preferiu-se a faixa de rendimento abaixo de 2 SM em vez de 1 SM pelo percentual reduzido de trabalhadores nesta situação nas regiões metropolitanas mais desenvolvidas no país.

[6]Poder-se-ia utilizar outros indicadores de desigualdade. Este indicador foi escolhido em parte pela facilidade de obtenção a partir dos dados da PME/IBGE.

[7]Este é um argumento usualmente utilizado na crítica à taxa de desemprego aberto para economias como a brasileira, argumentando-se que o setor informal absorve um grande contingente de trabalhadores nas regiões menos desenvolvidas, reduzindo a taxa de desemprego.

[8]10 pontos para São Paulo e 20 pontos para Belo Horizonte em 1990, e 13 pontos para Porto Alegre e 18 pontos para Rio de Janeiro e Belo Horizonte em 1996.

[9]Teoricamente o desvio padrão pode baixar até o valor zero, que representaria a menor dispersão possível.



UFRJ/CCJ



## Bibliografia:

CACCIAMALLI, M. C. "A Estrutura Regional do Emprego no Brasil ao longo da Década de Oitenta: Tendências a Maior Assalariamento". In SAWYER, D. (org.) *PNADs em Foco*. Belo Horizonte: ABEP, 1988.

ROCHA, S. "Renda e Pobreza nas Metrópoles Brasileiras". In RIBEIRO, L. C. de Q. e Santos Jr, O. A. dos. *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana, O Futuro das Cidades Brasileiras*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1994.

ROMÃO, M. C. "Distribuição de Renda, Pobreza e Desigualdades Regionais no Brasil", In Camargo, J. M. e Giambiagi, F. *Distribuição de Renda no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1991.

SABOIA, J. "Dualismo ou Integração no Mercado de Trabalho?". *Estudos Econômicos*, v. 19, nº especial, 1989.

SABOIA, J. "Mercado de Trabalho Metropolitano no Brasil: Diferenciação, Evolução e Perspectivas". *Texto para Discussão*, nº 323, IE/UFRJ, março de 1995.

SALM, C. et alli, *O Mercado de Trabalho Brasileiro - Estrutura e Conjuntura*, Ministério do Trabalho e IEI/UFRJ, Rio de Janeiro: 1987.

Savedoff, W. D. "The Stability of Regional Wage Differentials in Brazil", *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia*, v. 3, ANPEC, 1989.

**Tabela 1 - Indicador da Taxa de Desemprego Aberto - Regiões Metropolitanas - 1990/96**

| Região Metropolitana \ Ano | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recife | 6 | 5 | 6 | 6 | 5 | 5 | 3 |
| Salvador | 5 | 6 | 5 | 5 | 6 | 6 | 6 |
| Belo Horizonte | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 |
| Rio de Janeiro | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| São Paulo | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 5 |
| Porto Alegre | 2 | 3 | 3 | 1 | 2 | 3 | 4 |

Fonte: PME/IBGE

**Tabela 2 - Indicador do Percentual da População Ocupada na Indústria de Transformação - Regiões Metropolitanas - 1990/96**

| Região Metropolitana \ Ano | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recife | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Salvador | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 |
| Belo Horizonte | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Rio de Janeiro | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| São Paulo | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Porto Alegre | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |

Fonte: PME/IBGE

**Tabela 3 - Indicador do Percentual de Empregados com Carteira Assinada - Regiões Metropolitanas - 1990/96**

| Região Metropolitana \ Ano | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recife | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 |
| Salvador | 5 | 4 | 3 | 3 | 5 | 5 | 5 |
| Belo Horizonte | 3 | 3 | 4 | 4 | 3 | 3 | 3 |
| Rio de Janeiro | 4 | 5 | 5 | 5 | 4 | 4 | 4 |
| São Paulo | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Porto Alegre | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |

Fonte: PME/IBGE

**Tabela 4 - Indicador do Rendimento Médio - Regiões Metropolitanas - 1990/96**

| Região Metropolitana \ Ano | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recife | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 5 | 5 |
| Salvador | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 6 | 6 |
| Belo Horizonte | 4 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 4 |
| Rio de Janeiro | 3 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 3 |
| São Paulo | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Porto Alegre | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |

Fonte: PME/IBGE

**Tabela 9 - Percentual de Empregados com Carteira Assinada - Regiões Metropolitanas - 1990/96**

| Região Metropolitana \ Ano | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recife | 49,53 | 46,05 | 42,66 | 41,63 | 40,13 | 39,95 | 40,15 |
| Salvador | 53,18 | 51,03 | 50,30 | 49,18 | 45,28 | 44,25 | 43,90 |
| Belo Horizonte | 54,86 | 51,66 | 50,26 | 48,98 | 47,67 | 48,09 | 46,05 |
| Rio de Janeiro | 53,56 | 50,39 | 47,61 | 46,48 | 45,53 | 45,04 | 44,16 |
| São Paulo | 60,83 | 57,74 | 55,67 | 54,93 | 53,38 | 51,91 | 49,28 |
| Porto Alegre | 58,89 | 55,25 | 53,56 | 53,34 | 52,82 | 51,65 | 49,25 |
| Total | 56,94 | 53,74 | 51,41 | 50,52 | 49,24 | 48,39 | 46,68 |

Fonte: PME/IBGE

**Tabela 10- Rendimento Médio Real - Regiões Metropolitanas - 1990/96**

(Base: SP 96 = 100)

| Região Metropolitana \ Ano | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recife | 45,92 | 39,89 | 35,28 | 38,26 | 36,11 | 42,02 | 46,48 |
| Salvador | 56,30 | 44,89 | 40,93 | 43,24 | 38,49 | 41,78 | 44,41 |
| Belo Horizonte | 64,34 | 54,93 | 54,08 | 58,57 | 56,30 | 62,77 | 66,21 |
| Rio de Janeiro | 65,74 | 51,75 | 49,52 | 52,90 | 54,68 | 61,26 | 69,79 |
| São Paulo | 89,85 | 76,96 | 69,59 | 76,41 | 85,12 | 94,25 | 100,00 |
| Porto Alegre | 72,94 | 59,83 | 56,60 | 64,05 | 67,53 | 73,39 | 73,24 |
| Total | 75,07 | 62,34 | 57,41 | 62,83 | 66,76 | 73,86 | 79,31 |

Fonte: PME/IBGE

**Tabela 11 - Percentual de Ocupados com Renda Menor que 2 SM - Regiões Metropolitanas - 1990/96**

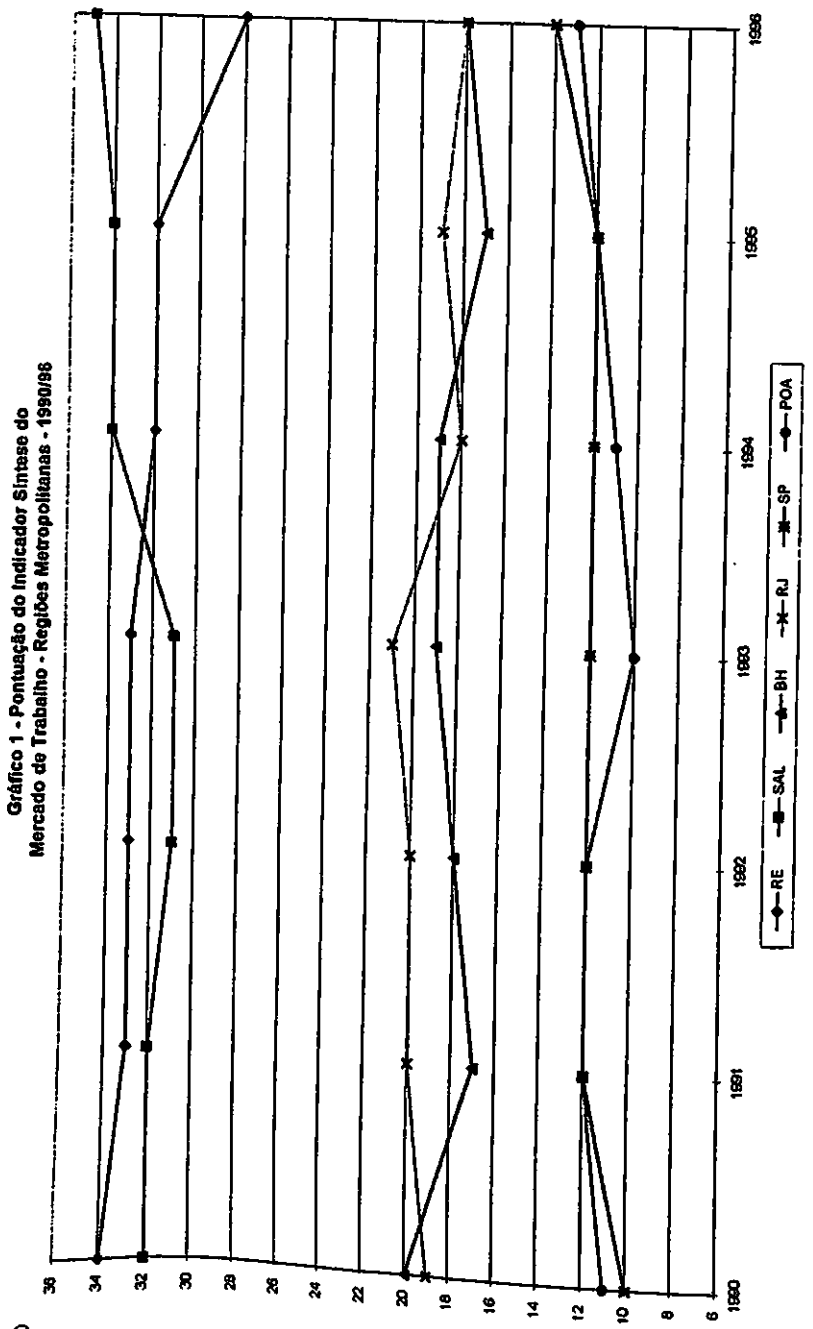
| Região Metropolitana \ Ano | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recife | 36,81 | 35,41 | 35,79 | 36,61 | 37,60 | 33,64 | 30,23 |
| Salvador | 35,52 | 34,65 | 37,36 | 37,43 | 37,82 | 32,65 | 31,33 |
| Belo Horizonte | 29,23 | 27,86 | 31,01 | 31,82 | 31,68 | 24,47 | 17,43 |
| Rio de Janeiro | 27,30 | 26,89 | 29,59 | 29,76 | 28,60 | 21,29 | 17,11 |
| São Paulo | 13,52 | 14,02 | 19,16 | 20,08 | 18,62 | 9,13 | 8,22 |
| Porto Alegre | 19,65 | 21,16 | 25,27 | 25,80 | 23,60 | 14,69 | 14,48 |
| Total | nd | 18,94 | 20,51 | 20,50 | 19,16 | 15,88 | 15,02 |

Fonte: PME/IBGE
Nota: nd - não disponível

**Tabela 12 - Relação entre Rendimento dos Empregadores e dos Empregados sem Carteira Assinada - Regiões Metropolitanas - 1990/96**

| Região Metropolitana \ Ano | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recife | 5,36 | 4,72 | 4,26 | 4,92 | 5,41 | 4,84 | 4,32 |
| Salvador | 7,13 | 6,11 | 5,16 | 6,01 | 6,61 | 5,95 | 5,86 |
| Belo Horizonte | 3,87 | 3,17 | 3,22 | 3,45 | 4,22 | 3,75 | 3,54 |
| Rio de Janeiro | 4,21 | 3,32 | 3,23 | 3,50 | 3,77 | 4,15 | 4,00 |
| São Paulo | 3,80 | 3,52 | 3,38 | 3,60 | 4,76 | 4,55 | 4,43 |
| Porto Alegre | 2,57 | 2,61 | 2,50 | 2,84 | 3,21 | 3,15 | 3,07 |
| Total | nd | 3,60 | 3,44 | 3,68 | 4,57 | 4,44 | 4,26 |

Fonte: PME/IBGE
Nota: nd - não disponível








## Últimos Textos Publicados

400. SICSÚ, João. A negação da ineficácia da política monetária: a alternativa de Keynes e dos pós-keynesianos. João Sicsú. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1997. (44 pág.)

399. ALBUQUERQUE, Eduardo de Motta e. National systems of innovation and non-OECD countries: notes about a rudimentary and tentative "tipology". Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1997. (64 pág.)

398. SICSÚ, João. Keynes e os novos-keynesianos. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1997. (37 pág.)

397. POSSAS, Mário Luiz. Competition, strategic behavior and antitrust policy: an evolutionary approch. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1997. (46 pág.)

396. PONDÉ, João Luiz. Concordância e mudança institucional em um enfoque evolucionista. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1997.(37 pág.)

395. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Sistema financeiro internacional: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1997. (50 pág.)

394. MACHADO, João Bosco Mesquita. A ALCA e a estratégia negociadora brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1997. (32 pág.)

393. NAKANE, Márcio Issao .Wagner's Law in the Brazilian Economy: a Disaggregated Analysis. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1997. (22 pág.)

392. SICSÚ, João.Reputação das autoridades monetárias e credibilidade das suas políticas: uma abordagem pós-keynesiana. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1997. (38 pág.)

391. DINIZ, Eli. Globalização, Governança e Reforma do Estado. Rio de Janeiro: UFRJ/IE,1997. (31 pág.)